

Relato de Experiência

Oficinas de atividades, dinâmicas e projetos junto a pessoas trans: ações da terapia ocupacional social

Workshops of activities, dynamics and projects with trans people: social occupational therapy actions

Eduardo Kimura Barcelos de Lima^a , Rafael Garcia Barreiro^b ,
Késia Maria Maximiano de Melo^c , Magno Nunes Farias^d 

^aSecretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, Brasília, DF, Brasil.

^bUniversidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, BA, Brasil.

^cUniversidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria, RS, Brasil.

^dUniversidade de Brasília – UnB, Brasília, DF, Brasil.

Como citar: Lima, E. K. B., Barreiro, R. G., Melo, K. M. M., & Farias, M. N. (2025). Oficinas de atividades, dinâmicas e projetos junto a pessoas trans: ações da terapia ocupacional social. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 33, e3927. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoRE402539271>

Resumo

Introdução: As condições de marginalização das experiências trans é um reflexo das normativas de gênero, que produzem e regulam as regras de como se deve ser, viver e agir. Os pressupostos teórico-metodológicos da terapia ocupacional social contribuem para esse debate, na produção de conhecimentos e práticas que fortalecem, juntamente à comunidade trans, estratégias de participação social. **Objetivo:** Relatar e discutir a experiência da realização de *oficinas de atividades* junto a jovens trans do Distrito Federal, Brasil, a partir da terapia ocupacional social. **Método:** No primeiro semestre de 2023, foram realizadas três oficinas mensais, com duração média de três horas cada, com nove participantes no total: duas pessoas não-binárias, duas travestis e cinco homens trans. A sistematização da experiência foi adotada como metodologia para organizar e analisar os dados, a partir da reconstrução do processo vivenciado nas atividades e da interpretação crítica individual e coletiva dos participantes. **Resultados:** As oficinas proporcionaram espaços educativos, alinhados à promoção de autonomia, participação e cidadania, com debates sobre questões relacionadas ao cotidiano, de modo a articular possibilidades de mudanças e resistência. Para além de um grupo que segue exposto à intensa marginalização, esses sujeitos são detentores de conhecimentos diversos e sobre contextos variados, com desejo de transformação social para a garantia de suas vidas. **Conclusão:** As oficinas demonstraram a potência da ação terapêutico-ocupacional social junto a esse grupo, sobretudo na dimensão educativa, voltada para uma educação como prática da liberdade, do diálogo e da conscientização.

Palavras-chave: Pessoas Trans, Terapia Ocupacional Social, Atividades Cotidianas, Participação Social.

Recebido em Ago. 21, 2024; 1ª Revisão em Jan. 29, 2025; Aceito em Mar. 28, 2025.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution* (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Abstract

Introduction: The conditions of marginalization of trans experiences are a reflection of gender norms, which produce and regulate the rules of how one should be, live, and act. The theoretical-methodological assumptions of social occupational therapy contribute to this debate, in the production of knowledge and practices that strengthen, together with the trans community, strategies for social participation. **Objective:** To report and discuss the experience of conducting activity workshops with trans youth from the Federal District, Brazil, based on social occupational therapy. **Method:** In the first semester of 2023, three monthly workshops were held, each lasting an average of three hours, with nine participants in total: two non-binary people, two travestis, and five trans men. The systematization of the experience was adopted as the methodology to organize and analyze the data, based on the reconstruction of the process experienced in the activities and the individual and collective critical interpretation of the participants. **Results:** The workshops provided educational spaces aligned with the promotion of autonomy, participation, and citizenship, with debates on issues related to daily life, in order to articulate possibilities for change and resistance. Beyond being a group exposed to intense marginalization, these subjects are holders of diverse knowledge and from varied contexts, with a desire for social transformation to guarantee their lives. **Conclusion:** The workshops demonstrated the potential of social occupational therapy action with this group, especially in the educational dimension, aimed at education as the practice of freedom, dialogue, and awareness.

Keywords: Transgender Persons, Social Occupational Therapy, Activities of Daily Living, Social Participation.

Introdução

As pessoas transexuais (doravante, trans) têm, comumente, seus cotidianos¹ atravessados por diversos desafios, tais como a violência e as diversas formas de exclusão, que comprometem a participação social, repercutindo, entre outras, nas dificuldades de negociação para serem reconhecidas como cidadãs, tendo em vista que a cidadania também se parametriza ao longo da história à perspectiva normatizada de sujeito, escanteando corpos que dissidem. “Ela tem relação direta com a forma como os corpos são dispostos socialmente e com o modo como eles são alocados baseados na mensuração do quanto se está dentro de parâmetros que legitimam quem é ou não sujeito de direito” (Melo, 2016, p. 222).

O debate sobre as vivências trans vem sendo realizado por diversos campos, incluído aí está o da terapia ocupacional social (Leite Junior & Lopes, 2022), que busca produzir conhecimentos e práticas junto a esses sujeitos, dentro das possibilidades de enfrentamento das lógicas de opressão que operam cotidianamente (Melo, 2021). Esse aporte teórico-metodológico possibilita a compreensão do contexto de vida de sujeitos que, por serem marcados pela diferença, vivenciam as repercussões das desigualdades

¹Partimos da compreensão de cotidiano, como defendida por Francisco (1988) e Galheigo (2020) ao apontar a necessidade de que esse seja compreendido enquanto uma construção sócio-histórica que se traduz na concretude da vida em suas múltiplas manifestações. Nesse sentido, tal concepção se distingue da noção de rotina, sendo associado, portanto, à prática humana transformadora.

sociais (Melo et al., 2020), ao passo em que esse aporte propõe, por meio de seus pressupostos teóricos e práticos, uma articulação entre as dimensões macro e microsociais, isto é, entre o coletivo e o individual (Lopes & Malfitano, 2016).

Assim, o campo faz uso das Tecnologias Sociais, que são “[...] produtos, técnicas ou metodologias replicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que refletem efetivas soluções de transformação social” (Lopes et al., 2014, p. 591), enquanto estratégias para a elaboração de suas intervenções, como, por exemplo, as *Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos*, que têm foco na construção de atividades para mediar, aproximar, acompanhar, fortalecer coletivos e os indivíduos, de modo que estejam alinhadas aos anseios e necessidades dos sujeitos e coletivos. Para Melo (2016, p. 221), é no sentido da “[...] ampliação de vivências e repertórios socioculturais” que é possível alargar as possibilidades de vida, além de articular estratégias de fortalecimento e acesso a direitos sociais e aos múltiplos espaços de circulações e relações com o território e a comunidade.

A práxis é direcionada, proposta junto à comunidade trans, com o intuito de gerar momentos de reflexão e articulação sobre autonomia do sujeito, participação e inserção social, levando em consideração os contextos nos quais estão inseridos, além das dimensões históricas e culturais que rodeiam seus modos de vida (Melo & Lopes, 2023), balizadas pelas construções de gênero. Nesse sentido, a terapia ocupacional social tem como baliza, no âmbito da produção de suas ações, a atuação junto a pessoas trans, com o objetivo de fortalecimento de suas vidas.

As condições de marginalização do cotidiano impostas à população trans, que são traduzidas na exclusão/expulsão nos/dos espaços escolares (Monzeli, 2013), na baixa inserção no mercado formal de trabalho (Benedetti, 2005), nas menores condições de acesso a serviços de saúde (Bento, 2006), entre outras, são um reflexo direto da normativa de gênero binária, que dita as regras de como se deve ser, viver e agir, de modo que tudo que foge do padrão heteronormativo² torna-se digno de exclusão (Melo, 2021). Em contrapartida, a cidadania é eixo orientador da discussão deste trabalho, tendo em vista a dificuldade na manutenção de direitos sociais, bem como a ausência da garantia de direitos civis, que cria barreiras para as pessoas trans se envolverem na participação em níveis sociais, culturais, políticos e econômicos.

Assim, a terapia ocupacional social tem consolidado ações importantes que promovem autonomia e cidadania, de modo que seja viável modificar o cotidiano para mudanças que estejam alinhadas aos desejos e necessidades de vida (Lopes et al., 2014), considerando os contextos e dimensões históricas nos quais o sujeito está inserido.

Por isso, este trabalho busca relatar e discutir uma experiência em terapia ocupacional social junto a pessoas trans, a partir de oficinas de atividade, vinculadas ao *Núcleo Metuia Cerrado*, da Universidade de Brasília – Faculdade de Ceilândia³, no Distrito Federal.

Cabe sinalizar que essa experiência foi impulsionada não apenas pelo interesse do primeiro autor em compreender sobre o cotidiano de pessoas transexuais e travestis, mas sobretudo pelo fato de esse se identificar como um homem trans, sendo a única pessoa trans inscrita no curso de Terapia Ocupacional da Universidade de Brasília.

²A heteronormatividade expressa as expectativas, as demandas e as obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural [...]” (Miskolci, 2009, p. 157).

³O Núcleo Metuia Cerrado, da Universidade de Brasília – Faculdade da Ceilândia, integra a Rede Metuia – Terapia Ocupacional Social, que se refere ao grupo de ensino, pesquisa e extensão em terapia ocupacional social, formado desde 1998.

Metodologia

Utilizou-se da sistematização da experiência como aporte metodológico para compilação e ordenação dos dados obtidos a partir das experiências anunciadas aqui, por meio da reconstrução do processo vivido nas atividades e da interpretação crítica individual e compartilhada com o grupo. Justifica-se o uso da sistematização da experiência tendo em vista sua perspectiva transformadora (Holliday, 2006) da realidade, a partir da interpretação crítica do processo vivido. Assim, os dados foram registrados em diários de campo, pelo primeiro autor, e posteriormente foram analisados à luz dos referenciais teórico-metodológicos da terapia ocupacional social, bem como dos estudos de gênero e sexualidade.

A experiência envolveu a condução das oficinas de atividades no Espaço Cultural Renato Russo⁴ abordando temáticas relacionadas às vivências do cotidiano de pessoas trans do Distrito Federal, que emergiam durante as atividades. Foram realizadas três oficinas de atividades, uma vez ao mês, durante o primeiro semestre de 2023, com duração média de três horas cada. Elas envolviam a proposição prévia de atividades, por parte da equipe mediadora, com vistas ao melhor aproveitamento das ações junto aos participantes em suas reflexões, sempre levando em considerações as demandas e necessidades dos sujeitos.

As oficinas foram divulgadas através de plataformas digitais de forma individual e em grupos, e em cartazes de divulgação em espaços públicos estratégicos frequentados por essa população, como o Ambulatório Trans do Distrito Federal, o Espaço Cultural Renato Russo e a Universidade de Brasília.

Para a participação nas oficinas, as pessoas interessadas deveriam preencher previamente um formulário *online*. Foram recebidas inicialmente quatorze inscrições, e dessas, participaram das oficinas nove pessoas respondentes. Em relação aos temas abordados, os debates se referiam à desigualdade de gênero, situações cotidianas de transfobia, falta de acesso a serviços essenciais, dentre outros.

As oficinas estavam vinculadas ao projeto de extensão *Laboratório Metuia Cerrado: Grupo de estudos e práticas em terapia ocupacional social*, da Universidade de Brasília - Faculdade de Ceilândia, que agrega as ações do *Núcleo Metuia Cerrado*. Assim, foram conduzidas por um extensionista e dois professores de terapia ocupacional.

Resultados e Discussão

O Espaço Cultural Renato Russo foi escolhido para ministrar as oficinas por ser um espaço estratégico, pois se localiza na mesma região do Ambulatório Trans, além de fazer parte de uma política pública destinada à cultura. A coordenação, após um diálogo, cedeu o espaço para a realização das oficinas. A intersetorialidade foi uma prática fundamental para desenvolver estratégias de integração entre os sujeitos, ao articular com outros setores e níveis de atenção, como, por exemplo, os da saúde e da cultura, possibilitando novas oportunidades de comunicação entre os dispositivos da rede.

Participaram das oficinas pessoas transexuais, sendo duas pessoas não binárias, duas travestis e cinco homens trans. As pessoas que participaram das oficinas tinham faixa etária entre 20 e 28 anos, e residiam em múltiplas regiões administrativas, bem como no

⁴O Espaço Cultural Renato Russo é um centro cultural público e múltiplo que reúne diversas manifestações culturais e que fica localizado no Plano Piloto, no Distrito Federal.

entorno do Distrito Federal. A disparidade socioeconômica presente entre as pessoas das oficinas foi motivo de reflexão sobre os diferentes tipos de acessos a espaços públicos, a oportunidades de vida, como acesso à universidade e mercado de trabalho, até mesmo sobre acesso a recursos que os tornam mais passáveis⁵.

Por se tratar de um espaço coletivo, no qual ocorriam diversas atividades simultaneamente, houve alguns contratemplos no decorrer das oficinas, como barulhos durante o momento das discussões, deslocamento de salas por conta de choque de horário com outras atividades, entre outros. Essas interrupções não prejudicaram o conteúdo da atividade tampouco seu objetivo, mas foi um fator que ocupou certo tempo da oficina. Cada atividade aconteceu em uma sala diferente do Espaço Cultural, um movimento talvez inconsciente que proporcionou a ocupação dos espaços disponíveis.

Primeiramente descreveremos as oficinas e seus objetivos, para, em seguida, realizar a análise da sistematização do processo vivido, fomentando o debate das negligências no cotidiano de pessoas trans e o contraponto sobre os enfrentamentos diários aos processos de opressão.

Compreendendo as oficinas de atividades como espaço de expressão e problematização do cotidiano

Silva & Malfitano (2021, p. 3) discutem as oficinas de atividades como

[...] espaços de convivência e aproximação dos sujeitos, em que podem ser utilizadas atividades diversas (corporais, lúdicas e plásticas) como recursos mediadores em sua operacionalização, buscando a aproximação com as demandas dos sujeitos parametrizadas pelas noções de cidadania, direitos/deveres e participação democrática.

A problematização, caráter inerente a essa oficina, se refere a questionar e contrariar a obviedade das situações cotidianas e, nesse caso, as violências sofridas por grupos marginalizados, que têm constantemente seus direitos violados. Dessa maneira, durante as oficinas deste trabalho, a problematização foi o fio condutor de todas as atividades, nas quais se instigavam questionamentos acerca das questões vivenciadas no cotidiano, bem como seus entraves, para então compreender os mecanismos que as subsidiam, visando encontrar possíveis fissuras que possibilitem formas de enfrentamentos.

As oficinas foram pensadas da seguinte forma: 1ª oficina – “Quem eu sou?”; 2ª oficina – “Como pertenço ao mundo?”; e 3ª oficina – “Técnica Teatro do Oprimido”. Todas tiveram duração de três horas cada, como mencionado, e o número de participantes variou consideravelmente entre a primeira e a última atividade, sendo a primeira oficina com maior alcance. Dentre algumas das características presentes no desenrolar das oficinas, destaca-se o compartilhamento das diferentes formas de saber, pensar e produzir práticas cotidianas, ainda que tomem como pressupostos as mesmas normas, no âmbito do gênero e da sexualidade; os diferentes significados atribuídos para uma mesma atividade e; a reiterada

⁵A passabilidade, de acordo com Duque (2017), corresponde a um termo êmico que indica a capacidade que um sujeito tem de “se passar por”. Parte do pressuposto de inteligibilidade dos gêneros binários, mas não se restringe aos sujeitos tidos como dissidentes, tendo em vista que somos educados a performar os trajetos, trejeitos e percursos do que é socialmente aceito como ser mulher ou ser homem, e esse ponto também é presente diante daquelas/es que nasceram e se identificam/reconhecem com seu gênero atribuído.

produção da oficina enquanto um espaço democrático e seguro, em que os/as participantes adotaram/construíram coletivamente as regras para o seu funcionamento.



Figura 1. Oficina 1: Cartaz da oficina “Quem sou eu?”. Fonte: Autoria própria.

Nessa primeira oficina, cujo objetivo era compreender a relação dos sujeitos com suas identidades de gênero de maneira lúdica, o que chamou a atenção foi a narrativa que uma das participantes apresentou sobre o processo de transição de gênero (Figura 1). A atividade envolvia a produção de um cartaz, em que a participante inseriu um recorte de um terno com flores na cabeça, que contrapõe a ideia de que essa vestimenta demarca um lugar de masculinidade ao adotar contornos que apontam para um corpo tido/lido como feminino, também pelas flores na cabeça. Essa imagem representa, para a autora, de acordo com os debates em torno dela na ocasião, a própria transição de gênero pela qual ela passou, uma vez que destaca símbolos que traduzem os supostos códigos da masculinidade (o terno) e da feminilidade (a silhueta e as flores). A participante explica durante a discussão: “[...] não posso dizer quem eu sou, mas como eu estou. E para dizer quem eu sou, tenho que olhar para quem eu era”. Para contar o “quem eu sou”, a participante faz o uso de imagens que, hegemonicamente, apontam para a construção de uma identidade feminina, trazendo consigo “equilíbrio” e o desejo de uma vida estável, com a imagem do *balé*, enquanto a “criatividade”, segundo ela, se faz importante para seus processos de resistência e existência. A fluidez do gênero no interior do processo de construção identitária da participante demarca o lugar do corpo na composição da experiência (Butler, 2003), sobretudo naquilo que faz a transgressão de gênero tensionar a tentativa de responder, através da própria corporalidade, às normativas de gênero, via performatividade.

Nesse mesmo encontro, o que norteou o debate foram os questionamentos sobre o que era preciso para viver como uma pessoa trans. Dentre os relatos, foram mencionados elementos que estavam diretamente associados a aspectos como renda, uma rede de apoio, acessos a serviços de cidadania, além de aspectos ligados diretamente ao entrecruzamento de marcadores sociais da diferença⁶, tais como raça, geração, território, entre outros.

⁶Marcadores sociais da diferença refere-se a uma chave de compreensão das hierarquias e desigualdades sociais que são construídas a partir da diferença. Tal perspectiva compreende o sujeito como um ser social e culturalmente constituído em tramas discursivas, nas quais gênero, sexualidade, raça, classe, religião, nacionalidade, geração, entre outras, se colocam como elementos de grande relevância para a compreensão

Esses aspectos eram evidenciados em narrativas como: falta de apoio familiar, uso da terapia hormonal como uma readequação ou um movimento de reproduzir mais binariedade, dentre outros.

Para além dos elementos que remetem à construção e à elegibilidade da identidade de gênero, percebe-se o uso de imagens relacionadas à possibilidade de desenvolver atividades diversas, tais como a vontade de conhecer lugares, bem como conhecer e compreender sobre filosofia: uma área de interesse dessa participante.

Quando ela questionou as normas e os padrões sobre o corpo de pessoas trans, no que diz respeito à pressão estética de passabilidade⁷, em contraposição, outra participante, a travesti, questionou a necessidade de alterações corporais como estratégia de enfrentamento a normatização de seus corpos. Por meio do corpo a sua existência era possível, conforme relatado pela participante: “[...] eu tinha que colocar silicone e injetável pra poder trabalhar, mas não era o que a gente queria”. Essa participante relatou a prostituição como um espaço no qual era necessário o uso de diversas estratégias de enfrentamento às situações diversas, ao mesmo tempo que era a prática que viabilizava a sua renda, além de permitir a criação de redes de apoio com as outras trabalhadoras do sexo, de modo a criar um senso de coletividade e pertencimento.

Melo & Lopes (2023) discutem que a reconfiguração das redes sociais de suporte pode ser um caminho importante para o enfrentamento das condições cotidianas de marginalização vivenciadas por pessoas trans, sobretudo, aquelas que trabalham no mercado do sexo. O compartilhamento de códigos e o apoio nos mais diversos desafios comuns a essas experiências parecem produzir certo fortalecimento coletivo. Esse movimento tira do centro das demandas de apoio aquelas relações que produzem embates (comumente localizadas na família) e insere novos atores na trama das possibilidades de suporte, cuja simetria nas vivências acaba por aproximar e produzir acolhimento, favorecendo a construção de possibilidades de lidar com os mecanismos de exclusão que as normativas de gênero constroem.

Se o gênero pode ser compreendido, dentre outras, como uma construção social, efeito de múltiplas práticas e discursos que assumem lugar regulador (Butler, 2003), pode-se afirmar também que o gênero é um operador de desigualdades, na medida em que oferece códigos, que ao serem (ou não) performados, delimitam campos de ação dos sujeitos, no âmbito da vida social, circunscrevendo modos de vida (Melo & Lopes, 2023). Em algumas dimensões e de forma distintas, nas experiências individuais e coletivas, quando as pessoas trans subvertem a lógica heteronormativa, emergem os processos de marginalização que constituem os modos de vida desses sujeitos.

No grupo em questão, destacou-se um debate significativo sobre a necessidade de hormonioterapia⁸ como forma de responder aos estereótipos de gênero. O tema surgiu

das dinâmicas constitutivas das desigualdades sociais, tanto do ponto de vista da configuração de sistemas de classificação social como da constituição de corpos e identidades coletivas (Mello & Gonçalves, 2010; Melo et al., 2020).

⁷É importante mencionar que, se, por um lado, a passabilidade também precisa ser tensionada, tendo em vista que ela reforça as engrenagens sociais que interpelam sujeitos, cotidianamente, quanto à coerência entre o sexo, o gênero e o desejo (Duque, 2017; Butler, 2003), por outro lado, em contextos diversos, é por meio dela que algumas negociações são possíveis (Carvalho, 2015), sobretudo no âmbito da circulação no espaço público e da construção e manutenção das relações sociais (Melo, 2021).

⁸Hormonioterapia é o tratamento com hormônios que, para fins de cuidado em saúde para pessoas trans, é utilizado para estimular o aparecimento de características sexuais compatíveis com o gênero de identificação. Assim, a hormonização, como também é chamada, pode ser feminilizante (para mulheres trans) ou masculinizante (para homens trans). Atualmente, é disponibilizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) como parte da transição de gênero.

após um participante relatar que não sente vontade de iniciar o tratamento hormonal, enquanto outro o considera imprescindível para sua existência e inteligibilidade. Nesse sentido, havia certa dualidade dentro do grupo: ao mesmo tempo em que a hormonização era considerada como um importante facilitador de operacionalização do cotidiano (pelo fato de viabilizar a adequação de determinadas características que legitimam seus corpos nos parâmetros binários), também era entendida como um aparato regulatório, que demarca certa imposição social.

Butler (2003) formula que o gênero se manifesta a partir da repetição de atos, discursos e comportamentos, os quais servem para (re)afirmar certa identidade, que, depois de tanto reiterada a partir daquelas repetições, cria um imaginário de naturalidade. Essa suposta naturalidade regula, assim, noções de masculinidade e feminilidade baseadas na heteronormatividade, que exclui outras possíveis formas de existir - aquelas que fogem da binariedade de gênero. Assim, romper com essa lógica pode ser complexo, confuso, além de repercutir na produção de múltiplas formas de violência, mas também pode anunciar novas formas de identidades possíveis, que dissidem da binariedade prevista.

A oficina proporcionou um ambiente seguro e acolhedor para discutir questões referentes à construção da identidade de gênero, as repercussões advindas da dissidência de gênero e/ou sexualidade, as vulnerabilidades que cercam a vida dessas pessoas e as práticas de enfrentamento individual e coletivo que vêm sendo mobilizadas no combate à transfobia. Assim, foi apontado, durante a primeira oficina, que o que parece ser uma forma de resistência utilizada e/ou almejada pelos participantes pode ir de encontro com a expressão de suas identidades de gênero de modo a provocar mudanças expressivas em seus cotidianos.



Figura 2. Oficina 1: Cartaz da oficina “Quem sou eu”. Fonte: Autoria própria.

Nessa colagem (Figura 2), a pessoa relatou ter utilizado a atividade para o lazer, explicando que conseguiu reservar um tempo para si e refletir sobre sua própria identidade, bem como sobre seus interesses e habilidades. Ele demonstrou interesse pela natureza, explorando imagens relacionadas a ela, assim como a vontade de ter uma alimentação mais saudável, uma meta advinda de sua dificuldade de se alimentar

adequadamente. No canto inferior direito, o participante apresentou uma de suas habilidades, a fotografia. Ao fim de cada encontro, todos os integrantes levaram para casa os materiais produzidos nas oficinas.

Tendo em vista a imagem acima, ela anuncia a vontade de experimentar um dia a dia rotineiro da vida comum, mas que pode ser permeado por entraves e se complexificar quando o sujeito rompe com as expectativas da binariedade imposta pela heteronormatividade. O autor da obra em questão mencionou, durante esse encontro, a impossibilidade de frequentar alguns espaços sociais, como, por exemplo, a academia.

Nas apresentações dos cartazes da Oficina “Quem sou eu?”, algumas associações foram feitas entre as produções dos participantes, aparecendo em comum o desejo de explorar e conhecer novos locais e outras possibilidades de vida, além do anseio por uma vida comum que ultrapasse os 35 anos de idade: expectativa de vida dessa população, segundo os dados publicados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (2020). Nesse sentido, foi exposto pelos participantes a necessidade de políticas públicas que garantam a proteção à vida de pessoas trans, e que fortaleçam suas possibilidades de participação social, sobretudo nos espaços e serviços públicos, garantindo-lhes oportunidades e autonomia.

O tema de políticas públicas surgiu na oficina “Como pertencço ao mundo?” quando os participantes começaram a se questionar sobre os espaços em que (não) estavam circulando por causa das barreiras de acesso. Por meio do debate, chegaram à conclusão de que, devido ao estigma⁹ que marca suas experiências, não era possível acessar determinados espaços, tanto privados como alguns espaços públicos. Foi consenso entre os participantes no que diz respeito às barreiras institucionais enfrentadas em seus cotidianos, como a insegurança para/ao utilizar banheiros públicos condizentes com suas identidades de gênero, os constantes constrangimento em clubes, o desrespeito com o nome social, *etc.*

As normas binárias de gênero geram e validam determinadas violências, que também se naturalizam (tanto quanto o próprio gênero). Desde os estudos mais expressivos publicados a partir do começo dos anos 1990 (Kulick, 1998; Peres, 2005; Benedetti, 2005; Bento, 2006; Pelúcio, 2007; Duque, 2017), é evidente a narrativa da violência como uma experiência comum para as pessoas trans, seja no interior das relações que deveriam compor um componente protetivo (como a família), até as relações mais amplas, como as institucionais. Tal naturalização acaba por interpelar os sujeitos que as vivenciam, muitas vezes reservando a eles a exclusão como história única ao restringir suas possibilidades de participação na vida social - seja pela ausência de políticas públicas específicas e efetivas para essa população (e não somente aquelas centradas nas práticas de prevenção de IST/AIDS), seja pelas práticas de preconceito que permeiam as diversas camadas da vida social desses sujeitos.

No contexto brasileiro, outros marcadores da diferença acabam por reforçar esses lugares de exclusão, sobretudo quando consideramos aspectos ligados à classe social e à raça, que criam cenas muito restritas para a manutenção da vida, como os espaços de prostituição, compostos, predominantemente, por travestis negras das classes populares (Pelúcio, 2011).

Ainda que o mercado do sexo não seja o único destino, dadas as políticas públicas mais amplas (não direcionadas exclusivamente para essa população), como as de ampliação de

⁹Numa perspectiva goffmaniana, o estigma diz respeito a uma interpretação linguística de atributos, comportamentos ou reputações sociais que mostram descrença a partir de um estereótipo negativo, que faz com que um indivíduo seja categorizado por outro com rejeição e concepções de anormalidade (Goffman, 1997).

acesso ao ensino superior, por exemplo, as construções culturais se colocam como forte entrave para a abertura de novos contextos, evidenciando novos engendramentos nos mecanismos de exclusão.

Conforme refletido durante todas as oficinas, esses sujeitos são impedidos de realizarem seus próprios interesses devido a uma imposição social que configura quais espaços são permitidos ou negados a essas pessoas. Torna-se evidente a ruptura com a participação social e a dimensão do pensar/fazer cotidiano em suas possibilidades de transformação e agência (Farias & Lopes, 2022), ao apresentarem barreiras, em diversas dimensões, de acessos que fragilizam sua relação com o território. Essas rupturas refletem em situações cotidianas que evidenciam os impedimentos no que diz respeito ao exercício da cidadania. Uma situação transversal aos múltiplos espaços que evidencia essas práticas são as negligências referentes ao uso e reconhecimento do nome social por parte de instituições e da própria sociedade civil, o que gera desconforto, exposição e constrangimento, e que prova o afastamento de determinados locais por estarem vinculados a situações anteriores de transfobia.

Durante os relatos e trocas suscitadas nas oficinas, os participantes expuseram que optam por parar de frequentar determinados espaços por conta de situações de discriminação, em especial, o desrespeito ao nome social. O serviço de saúde é uma referência para elucidar essa informação, devido às situações de discriminações enfrentadas por pessoas trans nesse contexto, o que repercute no abandono ou mesmo na desistência de se iniciar um tratamento ou procurar por outros serviços básicos de saúde (Rocon et al., 2016).

Diante dos fatos apresentados, compreendia-se, cada vez mais, a necessidade de orientação da práxis terapêutico-ocupacional social como prática de liberdade (Farias & Lopes, 2022) no sentido de alargar as possibilidades de vida dos sujeitos por meio da problematização das cenas da vida. Um dos papéis da terapia ocupacional social, nesse sentido, é fomentar diálogos relacionados ao cotidiano de pessoas trans, relacionando com os direitos sociais e civis, buscando articular processos de estratégias e enfrentamento, frente às lógicas da cidadania excludente.



Figura 3. Oficina 2: Contraposição de dois bonecos produzidos na oficina “Como pertença ao mundo?”.

Fonte: Autoria própria.

Na segunda oficina, foi proposto refletir sobre um mundo no qual não houvesse transfobia, e, em meio a ele, quais espaços seriam utilizados e ocupados pelo grupo. Assim, o boneco construído pelos participantes poderia representar uma idealização futura de si mesmo, assim como assumir uma suposta identidade, subsidiando a criação de um personagem para o boneco. Apesar das possibilidades que a proposição de confecção do boneco permite, sobretudo na criação de um personagem que não necessariamente remetesse a si mesmo, percebeu-se um movimento do grupo em se representar, transpassando para o boneco seus desejos, expectativas, corporalidades e emoções.

Conforme um dos participantes relatou, nesse “mundo ideal”, não haveria estigmas e discriminação, sequer interpelações sobre os corpos de pessoas trans e padrões de representações de gênero. Na Figura 3, o boneco da direita manifesta o desejo de um homem trans pela liberdade de tirar a blusa sem a necessidade da cirurgia de uma mastectomia masculinizadora¹⁰, visto que não tem interesse em realizar o procedimento. O autor do boneco explicou que o personagem está com um semblante radiante e feliz por se tratar de uma expectativa pessoal do jovem e que, ao imaginar a cena, sente conforto e liberdade. É importante ressaltar que o sentimento advindo da imaginação do jovem é individual, mas a conquista desse avanço será coletiva.

Tal construção remonta o debate desenvolvido em oficina anterior, em que a transformação corporal foi problematizada, tomando como baliza a necessidade *versus* a imposição, visto que o seio no corpo de alguém que reivindica o lugar da masculinidade desafia a barreira dos gêneros, que tornaria essa identidade inteligível.

Em oposição, o boneco da esquerda (Figura 3) está com o semblante triste, com coração partido e lágrimas caindo. O participante que o confeccionou chegou na oficina cabisbaixo, introspectivo, apresentando pouca interação com o grupo, porém, permaneceu em sua produção do início ao fim, investindo tempo e criatividade nela. Ele explicou, durante o debate, que não vislumbra um futuro diferente, pois existem muitas barreiras que dificultam sua existência. Relatou o abandono e a negligência familiar; a expulsão do espaço doméstico e a consequente busca por outras formas de sobreviver, desde muito cedo; a instabilidade em sua rede de apoio e a dificuldade de se impor em episódios de violência, gerando adoecimento físico e mental.

É importante ressaltar como a oficina foi fortalecedora para os participantes, tendo em vista a troca de vivências, o compartilhamento de experiências, permitindo a socialização entre os pares e a criação de vínculos a partir das semelhanças apresentadas e percebidas. As oficinas tornaram-se, para além de um espaço de produção, um ambiente marcado pela prática do cuidado *entre* pessoas trans, com a construção de rede de apoio e o fortalecimento individual e coletivo.

Uma recorrência durante as oficinas foi o acolhimento de todas as questões levantadas, pois o diálogo aparecia como o enfrentamento mais instintivo. Nota-se a relação de interdependência coletiva e individual que a oficina possibilita, ao passo que o processo é individual, mas a atividade se torna um recurso mediador do trabalho de fortalecimento dos sujeitos (Lopes et al., 2014). A vivência da atividade juntamente ao processo reflexivo crítico da oficina, potencializa a conscientização dos participantes relativos aos temas tratados, por meio da problematização.

¹⁰Cirurgia de retirada das glândulas mamárias, realizada por homens trans (Brasil, 2013).

Durante as oficinas, um desafio foi pensar a operacionalização do desejo por mudança, de modo a buscar meios de enfrentamento a situações de opressão. Algumas estratégias que surgiram por meio do debate no decorrer das oficinas de atividades foram mudanças no contexto micro e macrosocial. Nesse sentido, foram citadas a criação e efetivação de políticas sociais, asseguradas pelo Estado, e políticas de acesso e permanência nas universidades públicas - embora o enfrentamento mais importante e urgente seja a resistência dessas pessoas em espaços nos quais são marginalizadas e afastadas, o que evidencia a necessidade de se pensar não somente em estratégias de acesso, mas também de permanência.

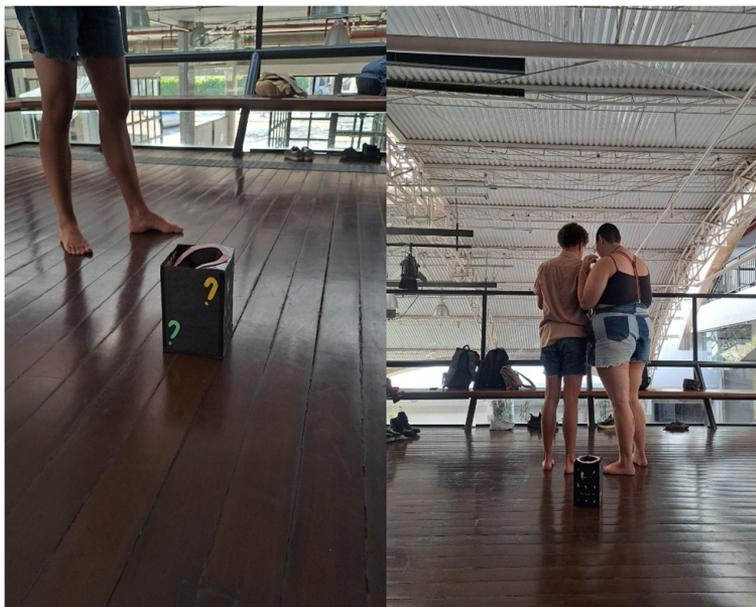


Figura 4. Oficina 3: Dinâmica Teatro do Oprimido. Fonte: Autoria própria.

A terceira oficina, o Teatro do Oprimido (Boal, 2011) (Figura 4), trouxe questões referentes à inserção social. Essa oficina foi composta por duas atividades teatrais anteriores à técnica do teatro do oprimido. Um dos exercícios consistia na contação de uma história sorteada da caixa (imagem à esquerda) apenas com corpo e interação com o ambiente, sem empregar a língua oral. Alguns participantes relataram a dificuldade de criar a história sem poder se comunicar verbal e oralmente com o espectador. No entanto, o desafio era justamente utilizar a criatividade e a improvisação, explorando outras formas de se comunicar com o público que não fossem verbalmente, possibilitando inúmeras interpretações para os espectadores.

A dinâmica do Teatro Fórum, do Teatro do Oprimido, consiste na criação de cenas com situações cotidianas compostas pelo opressor e pelo oprimido, sendo necessário a resolução da problemática de cena: a situação de opressão.

Durante a técnica de jogo, os integrantes interagiram entre si e buscaram soluções para os problemas de cena, questionando as estruturas de poder impostas e articulando comunicação com outros setores da sociedade, como o Estado, instituições e figuras públicas, como polícia e Ministério Público, o que remonta os debates desenvolvidos nas

oficinas anteriores. Na dinâmica, foram levantadas novamente pautas como o desrespeito ao nome social, exclusão e dificuldade de acesso a espaços públicos (e) de lazer, a disforia de gênero e outras situações cotidianas. Os participantes que durante as apresentações estavam como espectadores influenciavam e poderiam entrar em cena, para modificá-la ou resolvê-la, já que era necessário, no desfecho, a resolução da situação de opressão.

Por se tratar de temas sensíveis e presentes no cotidiano dos participantes, algumas cenas geraram desconforto e um sentimento de revolta. Por meio da revolta, criou-se um espaço de questionamentos e reivindicações ao perceberem que essas situações de marginalização estavam naturalizadas em seus cotidianos. Entretanto, por meio da dinâmica teatral, os jovens questionaram essas barreiras que dificultavam suas vidas cotidianas e puderam pensar coletivamente em possíveis estratégias de mudança.

A dinâmica do Teatro do Oprimido (Boal, 2011) vai ao encontro da conduta terapêutico-ocupacional social, no sentido de apresentar espaços para a elaboração crítica acerca da realidade vivenciada e dos mecanismos de opressão sob as quais ela opera, além de debater sobre pertencimento e compartilhar estratégias e reflexões, apontando para os enfrentamentos das situações de marginalização, em busca de conhecer os mecanismos que criam seu cotidiano em sua essência (Farias & Lopes, 2022), apropriando-se da indignação para provocar mudanças estruturais, visando a liberdade.

Um ponto central dessa experiência foi como a rede que se construiu entre os sujeitos proporcionou o rompimento com o espaço restrito da Oficina, aspecto esse central para pensar a práxis da terapia ocupacional social. Além disso, o vínculo que se criou entre os participantes durante as atividades permitiu que uma rede de apoio e cuidado fosse criada. Ao final das oficinas, o grupo articulou um encontro no *Parque da Cidade*, um espaço de convivência e lazer, onde os jovens levaram atividades como jogos, bola e propuseram ainda um lanche coletivo. Nesse encontro de finalização e confraternização, duas pessoas que não participaram das oficinas participaram do encontro com os demais. Diferente das oficinas, o conteúdo do encontro consistia na socialização livre entre os participantes, por meio de atividades de lazer, como baralho, jogos de mesa, comunicação entre os jovens e outras atividades compartilhadas.

Considerações Finais

Por meio da análise dos aspectos da vida cotidiana compartilhados pelos participantes, identificou-se demandas relacionadas às barreiras de acesso a bens e serviços, sobretudo públicos, fragilidades e/ou rupturas nas redes de apoio, escassez de políticas sociais que dialoguem de maneira mais direta com suas demandas, além das múltiplas situações cotidianas que desfavorecem a existência de pessoas trans nos mais diversos espaços de circulação.

A terapia ocupacional social, por meio de suas proposições, favoreceu uma abordagem que apoia os sujeitos na ampliação do repertório de possibilidades, a partir de atravessamentos críticos e reflexivos. Nas experiências trans, tais atravessamentos são essenciais, tendo em vista os desafios que se colocam para o reconhecimento de suas condições de sujeitos, e por consequência, de cidadãos. Nesse sentido, é possível, partindo da experiência apresentada, dizer da potência das oficinas de atividades como metodologia que favorece as trocas sociais e o desvelamento das dinâmicas sociais mais amplas, que se colocam no impacto das desigualdades vivenciadas na vida cotidiana.

Portanto, elas extrapolaram o conceito do uso da atividade como intervenção, para a compreensão da urgência da coletividade como uma prática de resistência e enfrentamento as situações de opressão, ao proporcionar um espaço de encontro, convivência, diálogo e problematização. Apostamos que isso pode favorecer a elaboração de estratégias de participação social para/junto a pessoas trans.

Assim, faz-se necessário mais produção de conhecimentos e práticas junto a pessoas trans, no sentido de compreender suas realidades por meio do cotidiano e propor soluções e enfrentamentos à lógica hegemônica atual, excludente. Também destacamos a necessidade do desenvolvimento de práticas junto a essa população durante o percurso formativo, com vistas a não somente sensibilizar os estudantes quanto às múltiplas formas de vivências fora das normativas de gênero, como favorecer a leitura sobre os impactos que resultam dessas experiências na vida cotidiana.

Referências

- Associação Nacional de Travestis e Transsexuais – ANTRA. (2020). *Assassinatos contra travestis e transexuais em 2020* (Boletim, No. 02/2020). Recuperado em 21 de agosto de 2024, de <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2020/05/boletim-2-2020-assassinatos-antra.pdf>
- Benedetti, M. (2005). *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Bento, B. (2006). *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Boal, A. (2011). *Teatro do oprimido e outras poéticas políticas* (11. ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2013, 20 de novembro). Portaria nº 2803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília. Recuperado em 21 de agosto de 2024, de https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Carvalho, M. F. L. (2015). *“Muito prazer, eu existo!”: visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas trans no Brasil* (Tese de doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Duque, T. (2017). *Gêneros Incríveis: um estudo sócioantropológico sobre as experiências de (não) passar por homem e/ou mulher*. Campo Grande: Editora UFMS.
- Farias, M. N., & Lopes, R. E. (2022). Terapia ocupacional social, antiopressão e liberdade: considerações sobre a revolução da/na vida cotidiana. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 30(spe), e3100. <http://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoen234531001>.
- Francisco, B. (1988). *Terapia ocupacional*. Campinas: Papirus.
- Galheigo, S. M. (2020). Terapia ocupacional, cotidiano e a tessitura da vida: aportes teórico-conceituais para a construção de perspectivas críticas e emancipatórias. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(1), 5-25. <http://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO2590>.
- Goffman, E. (1997). *Estigma: la identidad deteriorada*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Holliday, J. O. (2006). *Para sistematizar experiências*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Recuperado em 21 de agosto de 2024, de <http://www.edpopsus.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/oscar-jara-para-sistematizar-experic3aanancias1.pdf>
- Kulick, D. (1998). *Travesti: sex, gender and culture among brazilian transgendered prostitutes*. Chicago: The University of Chicago Press. <http://doi.org/10.7208/chicago/9780226461014.001.0001>.
- Leite Junior, J. D., & Lopes, R. E. (2022). Dissident genders and sexualities in the occupational therapy peer-reviewed literature: a scoping review. *The American Journal of Occupational Therapy*, 76(5), 7605205160. <http://doi.org/10.5014/ajot.2022.049322>.

- Lopes, R. E., Malfitano, A. P. S., Silva, C. R., & Borba, P. L. O. (2014). Recursos e tecnologias em Terapia Ocupacional Social: ações com jovens pobres na cidade. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 22(3), 591-602. <http://doi.org/10.4322/cto.2014.081>.
- Lopes, R. E., Malfitano, A. P. (2016). *Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos*. São Carlos: EdUFSCar.
- Mello, L., & Gonçalves, E. (2010). Diferença e interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde. *Revista Cronos*, 11(2), 163-173.
- Melo, K. M. M. (2016). Terapia Ocupacional Social, pessoas trans e teoria Queer: (re)pensando concepções normativas baseadas no gênero e na sexualidade. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 24(1), 215-223. <http://doi.org/10.4322/0104-4931.ctoARF0645>.
- Melo, K. M. M. (2021). *Entre rupturas e permanências: modos de vida e estratégias de enfrentamento à vida nas margens no cotidiano de pessoas trans* (Tese de doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Melo, K. M. M., & Lopes, R. E. (2023). Modos de vida, experiências trans e enfrentamentos: considerações para a ação técnica em terapia ocupacional social. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 31(esp), 1-23. <http://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoao246532252>.
- Melo, K. M. M., Malfitano, A. P. S., & Lopes, R. E. (2020). Os marcadores sociais da diferença: contribuições para a terapia ocupacional social. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(3), 1061-1071. <http://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoARF1877>.
- Miskolci, R. (2009). A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, 21(11), 150-182. <http://doi.org/10.1590/S1517-45222009000100008>.
- Monzeli, G. A. (2013). *Em casa, na pista ou na escola é tanto babado: espaços de sociabilidade de jovens travestis* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Pelúcio, L. (2007). *Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS* (Tese de doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Pelúcio, L. (2011). Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à aids. *Saúde e Sociedade*, 20(1), 76-85. <http://doi.org/10.1590/S0104-12902011000100010>.
- Peres, W. (2005). *Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania* (Tese de doutorado). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Rocon, P. C., Rodrigues, A., Zamboni, J., & Pedrini, M. D. (2016). Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(8), 2517-2526. <http://doi.org/10.1590/1413-81232015218.14362015>.
- Silva, M., & Malfitano, A. P. S. (2021). Oficinas de atividades, dinâmicas e projetos em Terapia Ocupacional Social como estratégia para a promoção de espaços públicos. *Interface: a Journal for and About Social Movements*, 25, 1-18.

Contribuição dos Autores

Eduardo Kimura Barcelos de Lima realizou a coleta, organização, análise dos dados e a redação inicial do texto. Rafael Garcia Barreiro e Késia Maria Maximiano de Melo contribuíram na discussão sobre os dados, na articulação teórica e na redação do texto. Magno Nunes Farias foi responsável pela orientação do trabalho e contribuiu com a discussão dos dados, na articulação teórica e na redação do texto. Todos os autores aprovaram a versão final do texto.

Autor para correspondência

Magno Nunes Farias
e-mail: magno.farias@unb.br

Editora de seção

Profa. Dra. Marta Carvalho de Almeida